

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.284 - SP (2019/0010898-2)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : ARAXA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(S)
ADVOGADO : FABIO RIVELLI - RJ168434
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
INTERES. : O2 CORPORATE & OFFICES
ADVOGADOS : ISABEL CRISTINA PASCOAL DOS SANTOS - RJ087676
ANDRÉ MENDONÇA PALMUTI - RJ160188
JAQUELINE LEANDRO DO AMARAL SERRA - RJ185040

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito positivo de competência suscitado por ARAXA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e OUTROS, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramita os autos da recuperação, e do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA - RJ, no qual tramita a execução de título extrajudicial nº 0096597-33.2017.8.19.0001 movida por O2 CORPORATE & OFFICES.

Afirmam as suscitante que, embora estivesse em trâmite perante o Juízo Paulistano sua recuperação judicial, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional da Barra da Tijuca - RJ determinou o prosseguimento da execução referida.

Ressaltam, ainda, que as questões tendentes a afetar o seu patrimônio devem ser analisadas pelo Juízo Universal da recuperação.

Requerem, assim, a concessão de medida liminar para determinar o sobrestamento da execução indicada, bem como para designar, em caráter

provisório, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, em que é processada a recuperação judicial, para decidir acerca das medidas urgentes.

Pleiteiam, ao final, que seja declarada a competência do juízo da recuperação judicial para decidir acerca de eventuais atos executórios contra as recuperandas.

É o relatório.

Passo a decidir o pedido liminar.

Deferida a recuperação judicial (1016422-34.2017.8.26.0100), compete ao Juízo em que se processa a recuperação judicial decidir acerca da execução dos créditos contra as recuperandas, ou seja, sobre os atos de disposição de seus ativos para o pagamento dos seus credores.

Assim, havendo o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional da Barra da Tijuca - RJ prosseguido com a execução movida por O2 CORPORATE & OFFICES, faz-se necessária a suspensão da referida demanda.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para determinar a suspensão de quaisquer atos constritivos eventualmente realizados exclusivamente contra ARAXA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e OUTROS, em recuperação judicial, bem como que o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA - RJ se abstenha de praticar novos atos constritivos na execução de título extrajudicial nº 0096597-33.2017.8.19.0001 em relação às suscitantes, vedando, ainda, a movimentação e liberação de eventuais valores já constritos até que seja julgado por esta Corte o presente conflito de competência.

Designo, outrossim, o JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE SÃO PAULO - SP para, em caráter provisório, solucionar eventuais medidas urgentes que se fizerem necessárias, em especial aquelas relativas à

prática de atos executórios contra as empresas ora suscitantes.

Comuniquem-se, com urgência, as autoridades judiciárias em conflito, oficiando para que prestem informações no prazo de 10 (dez) dias (CPC/2015, art. 954).

Intime-se a Administradora Judicial, PRICEWATERHOUSECOOPERS Assessoria Empresarial Ltda., CNPJ nº 10.466.603/0001-37, representada pelo Dr. José Mauro Braga, com endereço na Avenida Francisco Matarazzo nº 1400, Torre Torino, CEP: 05001-903, São Paulo/SP, para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste esclarecimentos sobre o andamento da recuperação judicial, bem como sobre os créditos de O2 CORPORATE & OFFICES em discussão na execução de título extrajudicial nº 0096957-33.2017.8.19.0001 em trâmite na 1ª Vara Cível do Foro Regional da Barra da Tijuca - RJ.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal (RISTJ, arts. 64, V e XIII, e 198).

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator